

## ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 009/2021

**Processo de Inexigibilidade de Licitação nº:** 013/2021

**Favorecido:** UNIABRAPP – 21.775.752/0001-02

**Objeto:** Inscrição de um colaborador no evento O Papel do DPO (Data Protection Officer nas EFPC - 2ªEd

**Fundamento Legal:** art. 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021.

**Valor da despesa autorizada:** R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

**Justificativa:** Plano de Capacitação da RS-Prev.

Realizei a análise do processo e verifiquei que se trata de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021 e abstendo-se da apreciação dos aspectos inerentes ao juízo de conveniência e oportunidade, verifica-se que não há irregularidade jurídica no procedimento.

Porto alegre, 26 de julho de 2021.

**Juliana Santos Klaus**  
OAB/RS 99.557  
Assessora Jurídica da RS-Prev

Com base na competência delegada na política de alçadas decisórias no âmbito da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul - RS-Prev, aprovada pela Resolução do Conselho Deliberativo nº 13, de 10 de dezembro de 2018, de 11 de junho de 2019, de acordo com o que consta nos autos e com o visto da assessoria jurídica, **RECONHEÇO** a Inexigibilidade de Licitação nº 013/2021, com fulcro no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021. Nesta mesma oportunidade determino que seja publicada no sítio da RS-Prev, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme dispõe o parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

Porto alegre, 26 de julho de 2021.

**Márcio Otto de Campos**  
Diretor de Administração